

Consulta Pública

Parecer sobre o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo

A ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável vem por este meio apresentar as suas reflexões sobre a proposta de Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo.

O documento apresentado apresenta uma organização clara e coerente, facilitando a compreensão dos temas expostos.

De salientar a disponibilização de um Sumário Executivo que facilita a compreensão do Relatório por leigos, carecendo no entanto de uma maior simplificação da linguagem técnica.

A apresentação dos dados apresentados relativamente aos indicadores temáticos é bastante ilustrativa, salientando-se a preciosa informação de base cartográfica.

Relativamente ao PROT OVT, saúda-se a apresentação da maior parte dos gráficos, que ilustram de forma clara a sua evolução desde a entrada em vigor do Plano. No entanto, já relativamente ao PROT AML, os dados apresentados reportam-se a informação estática, presume-se que relativamente aos anos mais recentes para os quais existe informação, e em alguns casos, apresentam informação manifestamente desatualizada. É o caso do Sistema Urbano da AML, elaborado aquando da revisão não concluída do PROT em 2010, que indica ainda a localização do aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete.

De salientar que se encontra neste momento em curso a decisão de localização de uma nova infraestrutura aeroportuária na região da AML, mas que aparentemente não tem tido em conta as disposições do PROT ainda em vigor. Por este exemplo se compreende a necessidade urgente de rever o PROT AML, esperando-se que essa revisão ocorra em breve, e antes da elaboração do próximo REOT.

Relativamente ao capital natural, dever-se-á ter em conta que o mesmo não se resume apenas a um conjunto ou uma rede de áreas de elevado valor natural e em biodiversidade, mas a base do fornecimento de recursos vitais para o território e para a qualidade de vida das populações, devendo os dados sobre o mesmo constituir um reflexo do estado do território na região.

Por outro lado, seria desejável conseguir compreender as causas e os principais *drivers* para as várias dinâmicas territoriais observadas, não existindo no documento uma análise precisa. Mas na avaliação dos PROT em vigor, o documento refere a ineficácia dos Planos em evitar a expansão dos núcleos urbanos e a fragilidade dos sistemas de transporte, em que a tendência de utilização do transporte individual não foi invertida, áreas em que a estratégia dos Planos falhou claramente. Sendo inferido que a pressão exercida pela construção de novas infraestruturas, principalmente de transportes (rodoviárias) e

logísticas, sobre as áreas agrícolas e florestais, contribuindo para a fragmentação das áreas rurais, não é no entanto efetuada uma análise clara e exaustiva da forma como a estratégia dos PROT foi ultrapassada, de forma a se poder projetar o que poderá ser a evolução das dinâmicas territoriais no futuro próximo.

Com efeito, sendo necessária uma revisão da metodologia dos PROT no âmbito do novo RJIGT, incluindo do PNPOT, será necessária uma avaliação exaustiva das fragilidades do modelo de governança e articulação entre as várias entidades (até para a recolha dos dados de base e do tratamento estatísticos necessários), também em linha com os vários programas sectoriais e programas de investimento (que impactam fortemente na região, como é referido no documento). Considerando valiosos os contributos do documento em termos de orientação para as autarquias para a revisão dos PDM, será desejável ampliar essas orientações a outros níveis, nomeadamente para os sectores que mais pressão exercem no desenvolvimento do território (infraestruturas, economia e, neste momento, turismo).

Por fim, deve-se obrigatoriamente ter em conta as muitas alterações que têm vindo a decorrer na Região de Lisboa e Vale do Tejo nos últimos dois anos e que terão um impacto muito significativo nas dinâmicas e no próprio modelo territorial.

Salienta-se a pressão que tem sido exercido pelo turismo nomeadamente ao nível das práticas de alojamento e arrendamento local, com alterações muito significativas na demografia dos grandes centros urbanos (deslocalização de parte significativa da população laboral/estudantil residente em Lisboa para os concelhos periféricos, principalmente da Margem Sul), mas também a provável construção de uma nova infraestrutura aeroportuária, que irá necessariamente implicar novas infraestruturas rodoviárias e de transporte que exercerão ainda mais pressão sobre áreas sensíveis, alterando o equilíbrio territorial atualmente existente na região.

A ZERO considera pois que é absolutamente essencial rever os PROT em vigor a apresentar novas propostas que integrem estratégias de reequilíbrio e coesão territorial e social, face também às orientações explanadas no PNPOT, cuja proposta de alteração esteve há pouco em consulta pública.

18 de junho de 2018

A Direção da ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável